



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Diretoria Geral

Coordenadoria Estadual no Ceará

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2020

Processo nº 59402.002009/2020-27

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020-CEST-CE/L

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCs NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2020, processo administrativo n.º 59402.002009/2020-27, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de bombas, caminhões, escavadeiras hidráulicas, motoniveladoras, reboques, retroescavadeiras, tratores e equipamentos agrícolas, especificados nos 13 (treze) itens constantes da planilha do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 005/2020-CEST/CE-L, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: CEQUIP IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA CNPJ 07.327.166/0001-66							
Endereço: Rodovia Santos Dumont, 3439, Km 13,5, Paupina, Fortaleza-CE, CEP							
Representante: Francisco Fernandes Fiúza de Carvalho, CPF 881.358.613-20							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Trator potência 100 cv						

13	tipo combustível diesel quantidade marchas ré 4 uni, quant marchas frente mínimo 12 unid, tipo de motor turbo, tração 4x4 tipo uso agrícola.	MASSEY FERGUNSON		UNIDADE	70	160.000,00	11.200.000,00
----	--	---------------------	--	---------	----	------------	---------------

Importa a presente proposta no valor total de **R\$ 11.200.000,00 (Onze milhões e duzentos mil reais)**.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a CEST-CE/DNOCS.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

6. CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela

Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), a presente Ata é assinada eletronicamente pelas partes.

Francisco Fernandes Fiúza de Carvalho
CEQUIP IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA

(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO FERNANDES FIÚZA DE CARVALHO, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 30/12/2020, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0682138** e o código CRC **DF7AE1D3**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Diretoria Geral

Coordenadoria Estadual no Ceará
Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2020

Processo nº 59402.002009/2020-27

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020-CEST-CE/L

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2020, processo administrativo n.º 59402.002009/2020-27, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de bombas, caminhões, escavadeiras hidráulicas, motoniveladoras, reboques, retroescavadeiras, tratores e equipamentos agrícolas, especificados nos 13 (treze) itens constantes da planilha do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 005/2020-CEST/CE-L, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: Yanmar South América Indústria de Máquinas Ltda.CNPJ nº 08.263.434/0001-96							
Endereço: Endereço: Rua Eduardo Borsari, nº 1595 Distrito Industrial Domingos Giomi –Indaiatuba/SP -CEP: 13347-320. Tel.: (19) 3801-8956Ramal 266-E-mail: gisele_godoy@yanmar.com							
Representante: Gilberto Saito RG 14.834.100-7 -CPF 093.164.768-10 Diretor presidente							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	TRATORES 4X4 (POTÊNCIA MÍNIMA 80CV	SOLIS90 CV	SOLIS90 CV	UNIDADE	70	112.800,00	7.896.000,00

Importa a presente proposta no valor total de **R\$ 7.896.000,00 (sete milhões, oitocentos e noventa e seis mil reais)**.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a CEST-CE/DNOCS.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

6. CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades

estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), a presente Ata é assinada eletronicamente pelas partes.

Gilberto Saitorg
YANMAR SOUTH AMÉRICA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Saito, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 30/12/2020, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0682131** e o código CRC **F80002A2**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Diretoria Geral

Coordenadoria Estadual no Ceará
Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2020

Processo nº 59402.002009/2020-27

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020-CEST-CE/L

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2020, processo administrativo n.º 59402.002009/2020-27, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de bombas, caminhões, escavadeiras hidráulicas, motoniveladoras, reboques, retroescavadeiras, tratores e equipamentos agrícolas, especificados nos 13 (treze) itens constantes da planilha do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 005/2020-CEST/CE-L, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: MANJATO TRATORES LTDA CNPJ: 00.492.308/0001-00

Endereço: Av. Comércio, 1496 - Santo Augusto – RS CEP: 98.590-000 - Fone/Fax: 55 3781-1131

Email: manjato.rs@gmail.com

Representante: LUIZ AUGUSTO MANJABOSCO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	Roçadeira lateral hidráulica articulada, nova, com largura de corte de 1,5m com 2 navalhas, com peso do equipamento de 1050kg, com capacidade do tanque para o óleo hidráulico de 140litros, roda traseira de série permitindo maior estabilidade e nivelamento, engate limitador de altura, altura mínima de corte 20mm, sapatas laterais com	LAVRALE	RHA 150	UNIDADE	10	47.300,00	473.000,00

	chapas substituíveis e regulagem de corte, caixa multiplicadora de velocidade, acoplamento lateral, potência necessária na tomada de força do trator de no mínimo 59cv						
--	--	--	--	--	--	--	--

Importa a presente proposta no valor total de **R\$ 473.000,00 (Quatrocentos e setenta e três mil reais)**.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a CEST-CE/DNOCS.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. **CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente

comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), a presente Ata é assinada eletronicamente pelas partes.

Luiz Augusto Manjabosco
MANJATO TRATORES LTDA
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO MANJABOSCO**, **Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota**, **Coordenador Estadual no Ceará**, em 30/12/2020, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador
0682119 e o código CRC **37AE3A74**.

Referência: Processo nº 59402.002009/2020-27

SEI nº 0682119



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Diretoria Geral

Coordenadoria Estadual no Ceará

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2020

Processo nº 59402.002009/2020-27

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020-CEST-CE/L

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2020, processo administrativo n.º 59402.002009/2020-27, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de bombas, caminhões, escavadeiras hidráulicas, motoniveladoras, reboques, retroescavadeiras, tratores e equipamentos agrícolas, especificados nos 13 (treze) itens constantes da planilha do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 005/2020-CEST/CE-L, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: Elo Comércio e Empreendimentos Ltda - CNPJ:18.166.571/0001-66, IE:10..567..54.3.1
Endereço: Rua Leontina de Lima Alves, 174, Qd. B, Lt. 35, Bairro Residencial Morumbi, Goiânia - GO, CEP: 74.574-065. Telefone: (62) 98451-5265/ (62) 98482-8070, E-mail: eloempreendimentos@hotmail.com
Representante: Lucas Félix Monteiro dos Santos RG:4506097 DGPC-GO CPF:007.228.271-13

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	-------	--------	---------	------------	----------------	-------------

09	CARRETA CARROCERIA MADEIRA DE LEI, CAPACIDADE DE 4 T, QUANTIDADE RODA 4, USO AGRÍCOLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS UMEIXO COM 4 PNEUS, SEM MOLAS, SEM FREIOS	GIO EMPLEMENTOS	4T	UNIDADE	40	11.997,97	479.918,00
----	---	-----------------	----	---------	----	-----------	------------

Importa a presente proposta no valor total de **R\$ 479.918,80 (quatrocentos e setenta e nove mil e novecentos e dezoito reais e oitenta centavos).**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a CEST-CE/DNOCS.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. **CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
- 6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), a presente Ata é assinada eletronicamente pelas partes.

Lucas Félix Monteiro Dos Santos
ELO COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Félix Monteiro dos Santos, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 30/12/2020, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0682111** e o código CRC **638EB78C**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Diretoria Geral

Coordenadoria Estadual no Ceará

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2020

Processo nº 59402.002009/2020-27

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020-CEST-CE/L

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2020, processo administrativo n.º 59402.002009/2020-27, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de bombas, caminhões, escavadeiras hidráulicas, motoniveladoras, reboques, retroescavadeiras, tratores e equipamentos agrícolas, especificados nos 13 (treze) itens constantes da planilha do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 005/2020-CEST/CE-L, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: FREITAS COMERCIAL AGRÍCOLA EIRELI – EPP CNPJ: 27.883.350/0001-08							
Endereço: Rua João Batista de Mello, 960, Sala 3, Centro, Cep.: 95.918-000 - Sério/RS							
Representante: Tauana de Freitas Administradora CPF Nº: 033.355.640-22 e RG Nº: 5117025048 - SSP/RS							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	CARRETA, MATERIAL						

08	CARROCERIA: MADEIRA DE LEI, CAPACIDADE: 4 T, QUANTIDADE RODA: 4, COMPRIMENTO: 3,20 M, LARGURA: 1,90 M, ALTURA: 0,45 M, USO: AGRÍCOLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: UM EIXO COM 4 PNEUS, SEM MOLAS, SEM FREIOS.	METALFREITAS	MF MD 4T	UNIDADE	60	11.500,00	690.000,00
----	---	--------------	-------------	---------	----	-----------	------------

Importa a presente proposta no valor total de **R\$ 690.000,00 (Seiscentos e noventa mil reais)**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a CEST-CE/DNOCS.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. **CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
 - 6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), a presente Ata é assinada eletronicamente pelas partes.

Tauana de Freitas
FREITAS COMERCIAL AGRÍCOLA EIRELI
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **TAUANA DE FREITAS, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 30/12/2020, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0682090** e o código CRC **0A379543**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Diretoria Geral

Coordenadoria Estadual no Ceará
Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2020

Processo nº 59402.002009/2020-27

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020-CEST-CE/L

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCs NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2020, processo administrativo n.º 59402.002009/2020-27, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de bombas, caminhões, escavadeiras hidráulicas, motoniveladoras, reboques, retroescavadeiras, tratores e equipamentos agrícolas, especificados nos 13 (treze) itens constantes da planilha do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 005/2020-CEST/CE-L, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: XCMG Brasil Industria Ltda CNPJ/MF: 14.707.364/0001-10							
Endereço: Rodovia BR 381, Km 854, S/n, Distrito Industrial, Município de Pouso Alegre, MG, Brasil CEP 37.556-830,							
Representante: Tian Dong CPF/MF: 022.114.556-70 REPRESENTANTE LEGAL							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Motoniveladora, com cabine fechada com ar-condicionado, motor						

07	diesel, potência 193 HP, transmissão 6 velocidades a frente e 3 a ré, peso operacional 17.100 kg, lâmina largura de 3.660 mm. Ripper traseiro com cinco dentes.	XCMG	GR1803BR	UNIDADE	05	678.500,00	3.392.500,00
10	Retroescavadeira sobre rodas, tração 4x4, motor diesel, potência bruta 100 HP ou unidade equivalente, capacidade da caçamba carregadeira 1,00 m³, peso operacional 7.600 kg, com profundidade de escavação de 4,50	XCMG	XT870BR-I	UNIDADE	70	281.000,00	19.670.000,00

Importa a presente proposta no valor total de **R\$ 23.062.500,00 (Vinte e três milhões, sessenta e dois mil e Quinhentos Reais)**.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a CEST-CE/DNOCS.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. **CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

- 6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
- 6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente

com seu(s) anexo(s), a presente Ata é assinada eletronicamente pelas partes.

Tian Dong
XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Tian Dong, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 30/12/2020, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0682044** e o código CRC **A9317A79**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Diretoria Geral

Coordenadoria Estadual no Ceará

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2020

Processo nº 59402.002009/2020-27

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020-CEST-CE/L

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2020, processo administrativo n.º 59402.002009/2020-27, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de bombas, caminhões, escavadeiras hidráulicas, motoniveladoras, reboques, retroescavadeiras, tratores e equipamentos agrícolas, especificados nos 13 (treze) itens constantes da planilha do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 005/2020-CEST/CE-L, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: KOHLER IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELLI, CNPJ: 92.264.472/0001-70							
Endereço: Santa Augusta 2º Distrito São Lourenço do Sul CEP: 96.174-970							
Representante: VINICIUS ALALAN DE CARVALHO CPF. 016284950-81							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Grades aradoras (18discos),						

06	estrutura vigas tubulares, tipo engate de arrasto, largura arada aproximadamente 1.750 mm, profundidade sulco 150 a 210 mm, tipo mancais lubrificado a óleo, sistema transporte rodas/acionadas pistão hidráulico, quantidade disco mínimo 18, diâmetro disco mínimo 26 pol, características adicionais controle remoto e rodeiro simples, potência mínima requerida trator 102 cv, espaçamento aproximadamente 235 mm	KLR KOHLER	GAC245 18 X 26	UNIDADE	70	24.250,00	1.697.500,00
----	--	------------	----------------	---------	----	-----------	--------------

Importa a presente proposta no valor total de **R\$ 1.697.500,00 (Hum milhão, seiscentos e noventa e sete mil e quinhentos reais).**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a CEST-CE/DNOCS.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. **CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

- 6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
- 6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), a presente Ata é assinada eletronicamente pelas partes.

Vinicius Alalan de Carvalho
KOHLER IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELLI
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **vinicius Alalan de carvalho, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 30/12/2020, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0682034** e o código CRC **ED3AC8FD**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Diretoria Geral

Coordenadoria Estadual no Ceará

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2020

Processo nº 59402.002009/2020-27

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020-CEST-CE/L

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCs NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2020, processo administrativo n.º 59402.002009/2020-27, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de bombas, caminhões, escavadeiras hidráulicas, motoniveladoras, reboques, retroescavadeiras, tratores e equipamentos agrícolas, especificados nos 13 (treze) itens constantes da planilha do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 005/2020-CEST/CE-L, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: MARES SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIP EIRELI/CNPJ: 19.061.289/0000-87							
Endereço: Rua: Lilás/Violeta n.145 Bairro Água Limpa - Volta Redonda RJ CEP: 27 250-040							
Representante: Humberto Sávio Martins RG: 06719193-2 CPF: 842.978.327-04							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	DISCO DE GRADE						

05	ARADO, MATERIAL AÇO, DIÂMETRO DISCO 26 POL, ESPESSURA 6 MM, APLICAÇÃO GRADE ARADORA DE 14 DISCOS	BALDAN	GR14X26'X6,00MM 235MM	UNIDADE	70	20.550,00	1.438.500,00
----	--	--------	-----------------------	---------	----	-----------	--------------

Importa a presente proposta no valor total de **R\$ 1.438.500,00 (Hum milhão, quatrocentos e trinta e oito mil e quinhentos reais).**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a CEST-CE/DNOCS.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. **CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), a presente Ata é assinada eletronicamente pelas partes.

Humberto Sávio Martins

MARES SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIP EIRELI
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **HUMBERTO SAVIO MARTINS, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 30/12/2020, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0682023** e o código CRC **0C45143A**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Diretoria Geral

Coordenadoria Estadual no Ceará

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2020

Processo nº 59402.002009/2020-27

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020-CEST-CE/L

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2020, processo administrativo n.º 59402.002009/2020-27, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de bombas, caminhões, escavadeiras hidráulicas, motoniveladoras, reboques, retroescavadeiras, tratores e equipamentos agrícolas, especificados nos 13 (treze) itens constantes da planilha do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 005/2020-CEST/CE-L, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: SOTREQ S/A, CNPJ: 34.151.100/0041-28							
Endereço: BR 116, 3118, PQ STA MARIA, FORTALEZA-CE, CEP 60.850-012							
Representante: Rodrigo Millen							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	ESCAVADEIRA						

04	HIDRÁULICA (MÁXIMA 130 HP) CAP. 0,4 M³ TIPO RODAGEM ESTEIRA	CATERPILLAR	313D2GC	UNIDADE	05	492.000,00	2.460.000,00
----	---	-------------	---------	---------	----	------------	--------------

Importa a presente proposta no valor total de **R\$ 2.460.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e sessenta mil reais)**.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a CEST-CE/DNOCS.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. **CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles

praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), a presente Ata é assinada eletronicamente pelas partes.

Rodrigo Millen
SOTREQ S/A
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO PRADO MILLEN, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 30/12/2020, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0682015** e o código CRC **1380BFB7**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Diretoria Geral

Coordenadoria Estadual no Ceará
Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2020

Processo nº 59402.002009/2020-27

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020-CEST-CE/L

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2020, processo administrativo n.º 59402.002009/2020-27, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de bombas, caminhões, escavadeiras hidráulicas, motoniveladoras, reboques, retroescavadeiras, tratores e equipamentos agrícolas, especificados nos 13 (treze) itens constantes da planilha do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 005/2020-CEST/CE-L, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: GLOBALCENTER MERCANTIL EIRELI / CNPJ:02.330.299/0001-78 (ME)							
Endereço: Av. Center nº 1.257 – Res. Centerville – Goiânia/GO (CEP: 74.369-003)							
Representante: Herbert Rafael Lacerda Neco, Diretor-Geral, (RG: 4946623 SPTC-GO; CPF: 013.416.301-02)							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	CAMINHÃO UNIDADE TRATORA TIPO CAVALO MECÂNICO 6X4	IVECO	HI-WAY 800S48TZ	UNIDADE	01	681.900,00	681.900,00

Importa a presente proposta no valor total de **R\$ 681.900,00 (Seiscentos e oitenta e um mil e novecentos reais)**.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a CEST-CE/DNOCS.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

6. CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido

injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), a presente Ata é assinada eletronicamente pelas partes.

Herbert Rafael Lacerda Neco
GLOBALCENTER MERCANTIL EIRELI
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **HERBERT RAFAEL LACERDA NECO, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 30/12/2020, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0681995** e o código CRC **5AF77F68**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Diretoria Geral

Coordenadoria Estadual no Ceará

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2020

Processo nº 59402.002009/2020-27

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020-CEST-CE/L

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2020, processo administrativo n.º 59402.002009/2020-27, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de bombas, caminhões, escavadeiras hidráulicas, motoniveladoras, reboques, retroescavadeiras, tratores e equipamentos agrícolas, especificados nos 13 (treze) itens constantes da planilha do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 005/2020-CEST/CE-L, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: R.M. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP/CNPJ nº 00.118.689/0001-53							
Endereço: Av. Maria Irene nº 865, Jordão Baixo - Recife/PE							
Representante: Carlos Roberto Barbosa de Miranda/ Administrador							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Conjunto motobomba						

02	multiestágio trifásica 220V/380V/440V/760v, potência de 10CV, inclusa chave magnética e cabo da bomba até a fonte de alimentação, instalação e montagem inclusos	THEBE	THEBE	UNIDADE	4	7.400,00	29.600,00
----	--	-------	-------	---------	---	----------	-----------

Importa a presente proposta no valor total de **R\$ 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais)**.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a CEST-CE/DNOCS.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. **CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), a presente Ata é assinada eletronicamente pelas partes.

Carlos Roberto Barbosa de Miranda
R.M. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO BARBOSA DE MIRANDA, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 30/12/2020, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0681987** e o código CRC **A8400022**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Diretoria Geral

Coordenadoria Estadual no Ceará
Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2020

Processo nº 59402.002009/2020-27

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020-CEST-CE/L

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2020, processo administrativo nº 59402.002009/2020-27, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de bombas, caminhões, escavadeiras hidráulicas, motoniveladoras, reboques, retroescavadeiras, tratores e equipamentos agrícolas, especificados nos 13 (treze) itens constantes da planilha do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 005/2020-CEST/CE-L, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-ME/CNPJ: 11.629.012001-04 Endereço: Rua João Bosco Arcanjo, nº 121, Bairro: João Alfredo, Santana do Acaraú-Ceará, CEP: 62.150-000 Representante: Antonio Roberto Barreto Matos/Proprietário							
Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	CONJUNTO MOTOBOMBA MULTISTÁGIO TRIFÁSICA, POTÊNCIA DE 25 CV, INCLUSA CHAVE MAGNÉTICA E CABO DA BOMBA ATÉ A FONTE DE ALIMENTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM INCLUSOS.	SCHNEIDER	SCHNEIDER	Unidade	04	17.100,00	68.400,00

Importa a presente proposta no valor total de **R\$ 68.400,00 (Sessenta e oito mil e quatrocentos reais)**.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a CEST-CE/DNOCS.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

6. CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo

superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), a presente Ata é assinada eletronicamente pelas partes.

Antônio Roberto Barreto Matos
ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-ME
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 30/12/2020, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0681857** e o código CRC **118FA0A5**.

Referência: Processo nº 59402.002009/2020-27

SEI nº 0681857



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

Contrato CEST-CE nº 7/2020

Unidade Gestora: CEST-CE

CONTRATO DE AQUISIÇÃO CONJUNTO MOTOBOMBA MULTIESTÁGIO TRIFÁSICA, POTÊNCIA DE 25 CV, INCLUSA CHAVE MAGNÉTICA E CABO DA BOMBA ATÉ A FONTE DE ALIMENTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM INCLUSOS QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS E A ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-ME.

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.629.012/0001-04, sediada na Rua João Bosco Arcanjo, 121 - João Alfredo, Santana do Acaraú/CE em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **ANTÔNIO ROBERTO BARRETO MATOS**, portador da Carteira de Identidade nº 169273688, expedida pela (o) SSP/CE, e CPF nº 441.411.493-49, tendo em vista o que consta no Processo nº 59402.002009/2020-27 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 005/2020-CEST/CE-L, Ata de Registro de Preços 47, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	CONJUNTO MOTOBOMBA MULTIESTÁGIO TRIFÁSICA, POTÊNCIA DE 25 CV, INCLUSA CHAVE MAGNÉTICA E CABO DA	SCHNEIDER	SCHNEIDER	Unidade	04	17.100,00	68.400,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 68.400,00 (Sessenta e oito mil e quatrocentos reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – EMPENHO

4.1. As despesas decorrentes deste contrato estão asseguradas nos empenhos abaixo:

Número do Empenho	VALOR
2020NE800174	R\$ 51.300,00

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a entrega dos bens sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. É eleito o Foro de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Antônio Roberto Barreto Matos
ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-ME
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS, Usuário Externo**, em 31/12/2020, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 31/12/2020, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0683139** e o código CRC **C3AC5F86**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o **Contrato Nº 7/2020** de aquisição conjunto motobomba multiestágio trifásica, potência de 25 cv, inclusa chave magnética e cabo da bomba até a fonte de alimentação, instalação e montagem inclusos, celebrado entre a Coordenadoria Estadual do DNOCS no Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.629.012/0001-04, sediada na Rua João Bosco Arcanjo, 121 - João Alfredo, Santana do Acaraú/CE em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **ANTÔNIO ROBERTO BARRETO MATOS**, portador da Carteira de Identidade nº 169273688, expedida pela (o) SSP/CE, e CPF nº 441.411.493-49.

Onde se lê:

“ 4.1 As despesas decorrentes deste contrato estão asseguradas nos empenhos abaixo:”

Número do Empenho	VALOR
2020NE800174	R\$ 51.300,00

Leia-se:

“ 4.1 As despesas decorrentes deste contrato estão asseguradas nos empenhos abaixo:”

Número do Empenho	VALOR
2020NE800174	R\$ 51.300,00
2020NE800194	R\$ 17.100,00

E por assim estarem justos e contratados, ao passo que se mantêm-se inalteradas as demais cláusulas do contrato, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento de re-
ratificação.

Antônio Roberto Barreto Matos

ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-ME
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS, Usuário Externo**, em 06/01/2021, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 06/01/2021, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0685456** e o código CRC **08B82885**.

Referência: Processo nº 59402.002009/2020-27

SEI nº 0685456

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/01/2021 | Edição: 11 | Seção: 3 | Página: 69

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Coordenadoria Estadual no Ceará

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2020 - UASG 193003 - DNOCS-CEST/CE

Nº Processo: 59402.002009/2020-27.

Pregão Nº 5/2020. Contratante: DNOCS CEST/CE - FORTALEZA-CE.

Contratado: 11.629.012/0001-04 - ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS. Objeto: Conjunto motobomba multiestágio trifásica, potência de 25 cv, inclusa chave magnética e cabo da bomba até a fonte de alimentação, instalação e montagem inclusos..

Fundamento Legal: . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2021. Valor Total: R\$ 68.400,00. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(COMPRASNET 4.0 - 15/01/2021).



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

Contrato CEST-CE nº 8/2020

Unidade Gestora: CEST-CE

CONTRATO DE AQUISIÇÃO CONJUNTO MOTOBOMBA MULTIESTÁGIO TRIFÁSICA 220V/380V/440V/760V, POTÊNCIA DE 10CV, INCLUSA CHAVE MAGNÉTICA E CABO DA BOMBA ATÉ A FONTE DE ALIMENTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM INCLUSOS QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS E A ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-ME.

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **R.M. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.118.689/0001-53, sediado na Avenida Maria Irene, 865 - Jordão Baixo, Recife/PE em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **CARLOS ROBERTO BARBOSA DE MIRANDA**, portador da Carteira de Identidade nº 1627511 e CPF nº 178.737.624-91, tendo em vista o que consta no Processo nº 59402.002009/2020-27 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 005/2020-CEST/CE-L, Ata de Registro de Preços 48, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	CONJUNTO MOTOBOMBA MULTIESTÁGIO TRIFÁSICA 220V/380V/440V/760V, POTÊNCIA						

02	DE 10CV, INCLUSA CHAVE MAGNÉTICA E CABO DA BOMBA ATÉ A FONTE DE ALIMENTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM INCLUSOS	THEBE	THEBE	UNIDADE	4	7.400,00	29.600,00
----	---	-------	-------	---------	---	----------	-----------

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – EMPENHO

4.1. As despesas decorrentes deste contrato estão asseguradas nos empenhos abaixo:

Número do Empenho	Valor
2020NE800175	R\$ 29.600,00

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

- 11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

- 12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a entrega dos bens sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
- 12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

- 16.1. É eleito o Foro de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste

Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Carlos Roberto Barbosa de Miranda
R.M. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO BARBOSA DE MIRANDA, Usuário Externo**, em 31/12/2020, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 31/12/2020, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0683511** e o código CRC **B724AD1B**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/01/2021 | Edição: 11 | Seção: 3 | Página: 69

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Coordenadoria Estadual no Ceará

EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2020 - UASG 193003 - DNOCS-CEST/CE

Nº Processo: 59402.002009/2020-27.

Pregão Nº 5/2020. Contratante: DNOCS CEST/CE - FORTALEZA-CE.

Contratado: 00.118.689/0001-53 - R.M. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Objeto: Conjunto motobomba multiestágio trifásica 220v/380v/440v/760v, potência de 10cv, inclusa chave magnética e cabo da bomba até a fonte de alimentação, instalação e montagem inclusos..

Fundamento Legal: . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2021. Valor Total: R\$ 29.600,00. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(COMPRASNET 4.0 - 15/01/2021).



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

Contrato CEST-CE nº 10/2020

Unidade Gestora: CEST-CE

CONTRATO DE AQUISIÇÃO ESCAVADEIRA
HIDRÁULICA (MÁXIMA 130 HP) CAP. 0,4
M³ TIPO RODAGEM ESTEIRA QUE
CELEBRAM ENTRE SI A DEPARTAMENTO
NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS E
A ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-
ME.

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **SOTREQ S/A** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.151.100/0041-28, sediado na BR 116, 3118 - Parque Santa Maria, Fortaleza/CE em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **RODRIGO PRADO MILLEN**, portador da Carteira de Identidade nº 211471471, expedida pela (o) SSP/SP, e CPF nº 273.486.148-84, tendo em vista o que consta no Processo nº 59402.002009/2020-27 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 005/2020-CEST/CE-L, Ata de Registro de Preços 50, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (MÁXIMA 130 HP) CAP. 0,4 M³ TIPO RODAGEM ESTEIRA	CATERPILLAR	313D2GC	UNIDADE	01	492.000,00	492.000,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 492.000,00 (Quatrocentos e noventa e dois mil reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – EMPENHO

4.1. As despesas decorrentes deste contrato estão asseguradas nos empenhos abaixo:

Número do Empenho	Valor
2020NE800181	R\$ 492.000,00

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a entrega dos bens sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. É eleito o Foro de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Rodrigo Prado Millen
SOTREQ S/A
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 31/12/2020, às 23:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO PRADO MILLEN, Usuário Externo**, em 04/01/2021, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0683513** e o código CRC **5DCB828E**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 20/01/2021 | Edição: 13 | Seção: 3 | Página: 66

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Coordenadoria Estadual no Ceará

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2020 - UASG 193003 - DNOCS-CEST/CE

Nº Processo: 59402.002009/2020-27.

Pregão Nº 5/2020. Contratante: DNOCS CEST/CE - FORTALEZA-CE.

Contratado: 34.151.100/0041-28 - SOTREQ S/A. Objeto: Escavadeira hidráulica (máxima 130 hp) cap. 0,4 m³ tipo rodagem esteira.

Fundamento Legal: . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2021. Valor Total: R\$ 492.000,00. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(COMPRASNET 4.0 - 19/01/2021).



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

Contrato CEST-CE nº 11/2020

Unidade Gestora: CEST-CE

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DISCO DE GRADE ARADO, MATERIAL AÇO, DIÂMETRO DISCO 26 POL ESPESSURA 6 MM APLICAÇÃO GRADE ARADORA DE 14 DISCOS QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS E A ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-ME.

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **MARES SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIP EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.061.289/0000-87, sediado na Rua Lilás/ Violeta, 145 - Água Limpa, Volta redonda/RJ em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **HUMBERTO SÁVIO MARTINS**, portador da Carteira de Identidade nº 03409299304, expedida pela (o) OAB-RJ, e CPF nº 842.978.327-04, tendo em vista o que consta no Processo nº 59402.002009/2020-27 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 005/2020-CEST/CE-L, Ata de Registro de Preços 51, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05	DISCO DE GRADE ARADO, MATERIAL AÇO, DIÂMETRO DISCO 26 POL ESPESSURA 6 MM APLICAÇÃO GRADE ARADORA DE 14 DISCOS	BALDAN	GR14X26'X6,00MM 235MM	Unidade	42	20.550,00	863.100,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 863.100,00 (oitocentos e sessenta e três mil e cem reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – EMPENHO

4.1. As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:

Número do Empenho	Valor
2020NE800134	R\$ 267.150,00
2020NE800138	R\$ 82.200,00
2020NE800146	R\$ 143.850,00
2020NE800157	R\$ 82.200,00
2020NE800160	R\$ 82.200,00
2020NE800169	R\$ 205.500,00

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

- 11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

- 12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a entrega dos bens sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
- 12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

- 16.1. É eleito o Foro de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste

Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Humberto Sávio Martins
MARES SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIP EIRELI
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **HUMBERTO SAVIO MARTINS, Usuário Externo**, em 31/12/2020, às 20:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 31/12/2020, às 21:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0683516** e o código CRC **C8190508**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o **Contrato Nº 11/2020** de aquisição disco de grade arado, material aço, diâmetro disco 26 pol espessura 6 mm aplicação grade aradora de 14 discos, celebrado entre a Coordenadoria Estadual do DNOCS no Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **MARES SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIP EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.061.289/0000-87, sediado na Rua Lilás/ Violeta, 145 - Água Limpa, Volta redonda/RJ em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **HUMBERTO SÁVIO MARTINS**, portador da Carteira de Identidade nº 03409299304, expedida pela (o) OAB-RJ, e CPF nº 842.978.327-04.

Onde se lê:

" 1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é:"

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05	DISCO DE GRADE ARADO, MATERIAL AÇO, DIÂMETRO DISCO 26 POL ESPESSURA 6 MM APLICAÇÃO GRADE ARADORA DE 14 DISCOS	BALDAN	GR14X26'X6,00MM 235MM	Unidade	42	20.550,00	863.100,00

" 3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 863.100,00 (oitocentos e sessenta e três mil e cem reais)."

" 4.1 As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:"

Número do Empenho	Valor
2020NE800134	R\$ 267.150,00
2020NE800138	R\$ 82.200,00
2020NE800146	R\$ 143.850,00
2020NE800157	R\$ 82.200,00
2020NE800160	R\$ 82.200,00

2020NE800169	R\$ 205.500,00
--------------	----------------

Leia-se:

" 1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é:"

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05	DISCO DE GRADE ARADO, MATERIAL AÇO, DIÂMETRO DISCO 26 POL ESPESSURA 6 MM APLICAÇÃO GRADE ARADORA DE 14 DISCOS	BALDAN	GR14X26'X6,00MM 235MM	Unidade	57	20.550,00	1.171.350,00

" 3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 1.171.350,00 (Um milhão cento e sessenta e um mil trezentos e cinquenta reais)."

" 4.1 As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:"

Número do Empenho	Valor
2020NE800134	R\$ 267.150,00
2020NE800138	R\$ 82.200,00
2020NE800146	R\$ 143.850,00
2020NE800157	R\$ 82.200,00
2020NE800160	R\$ 82.200,00
2020NE800169	R\$ 205.500,00
2020NE800189	R\$ 61.650,00
2020NE800191	R\$ 20.550,00
2020NE800197	R\$ 82.200,00
2020NE800199	R\$ 143.850,00

E por assim estarem justos e contratados, ao passo que se mantêm-se inalteradas as demais cláusulas do contrato, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento de re-ratificação.

Humberto Sávio Martins
MARES SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIP EIRELI
 (Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará



Documento assinado eletronicamente por **HUMBERTO SAVIO MARTINS, Usuário Externo**, em 06/01/2021, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 06/01/2021, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0685583** e o código CRC **CC868521**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/01/2021 | Edição: 11 | Seção: 3 | Página: 69

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Coordenadoria Estadual no Ceará

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2020 - UASG 193003 - DNOCS-CEST/CE

Nº Processo: 59402.002009/2020-27.

Pregão Nº 5/2020. Contratante: DNOCS CEST/CE - FORTALEZA-CE.

Contratado: 19.061.289/0001-87 - MARES SERVICOS E AGRONEGOCIOS EIRELI. Objeto: Disco de grade arado, material aço, diâmetro disco 26 pol espessura 6 mm aplicação grade aradora de 14 discos.

Fundamento Legal: . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2021. Valor Total: R\$ 1.171.350,00. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(COMPRASNET 4.0 - 15/01/2021).



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

Contrato CEST-CE nº 12/2020

Unidade Gestora: CEST-CE

CONTRATO DE AQUISIÇÃO GRADES ARADORAS (18DISCOS), ESTRUTURA VIGAS TUBULARES, TIPO ENGATE DE ARRASTO, LARGURA ARADA APROXIMADAMENTE 1.750 MM, PROFUNDIDADE SULCO 150 A 210 MM, TIPO MANCAIS LUBRIFICADO A ÓLEO, SISTEMA TRANSPORTE RODAS/ACIONADAS PISTÃO HIDRÁULICO, QUANTIDADE DISCO MÍNIMO 18, DIÂMETRO DISCO MÍNIMO 26 POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONTROLE REMOTO E RODEIRO SIMPLES, POTÊNCIA MÍNIMA REQUERIDA TRATOR 102 CV, ESPAÇAMENTO APROXIMADAMENTE 235 MM QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS E A ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-ME.

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **KOHLER IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.264.472/0001-70, sediado na Santa Augusta 2º Distrito, São Lourenço do Sul/RS em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **VINICIUS ALALAN DE CARVALHO**, portador da Carteira de Identidade nº 6060280119, expedida pela (o) SJS/II RS, e CPF nº 016.284.950-81, tendo em vista o que consta no Processo nº 59402.002009/2020-27 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 005/2020-CEST/CE-L, Ata de Registro de Preços 52, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
06	GRADES ARADORAS (18DISCOS), ESTRUTURA VIGAS TUBULARES, TIPO ENGATE DE ARRASTO, LARGURA ARADA APROXIMADAMENTE 1.750 MM, PROFUNDIDADE SULCO 150 A 210 MM, TIPO MANCAIS LUBRIFICADO A ÓLEO, SISTEMA TRANSPORTE RODAS/ACIONADAS PISTÃO HIDRÁULICO, QUANTIDADE DISCO MÍNIMO 18, DIÂMETRO DISCO MÍNIMO 26 POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONTROLE REMOTO E RODEIRO SIMPLES, POTÊNCIA MÍNIMA REQUERIDA TRATOR 102 CV, ESPAÇAMENTO APROXIMADAMENTE 235 MM	KLR KOHLER	GAC245 18 X 26	Unidade	70	24.250,00	1.697.500,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 1.697.500,00 (Hum milhão, seiscentos e noventa e sete mil e quinhentos reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – EMPENHO

4.1. As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:

Número do Empenho	Valor
2020NE800142	R\$ 48.500,00
2020NE800149	R\$ 582.000,00
2020NE800154	R\$ 194.000,00
2020NE800163	R\$ 266.750,00

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de

8. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a entrega dos bens sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. É eleito o Foro de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Vinicius Alalan de Carvalho
KOHLER IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **vinicius Alalan de carvalho, Usuário Externo**, em 31/12/2020, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 31/12/2020, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0683518** e o código CRC **A886B67F**.

Referência: Processo nº 59402.002009/2020-27

SEI nº 0683518



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o **Contrato Nº 12/2020** de aquisição grades aradoras (18discos), estrutura vigas tubulares, tipo engate de arrasto, largura arada aproximadamente 1.750 mm, profundidade sulco 150 a 210 mm, tipo mancais lubrificado a óleo, sistema transporte rodas/acionadas pistão hidráulico, quantidade disco mínimo 18, diâmetro disco mínimo 26 pol, características adicionais controle remoto e rodeiro simples, potência mínima requerida trator 102 cv, espaçamento aproximadamente 235 mm, celebrado entre a Coordenadoria Estadual do DNOCS no Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **KOHLER IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELLI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.264.472/0001-70, sediado na Santa Augusta 2º Distrito, São Lourenço do Sul/RS em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **VINICIUS ALALAN DE CARVALHO**, portador da Carteira de Identidade nº 6060280119, expedida pela (o) SJS/II RS, e CPF nº 016.284.950-81.

Onde se lê:

“ 1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é:”

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
06	GRADES ARADORAS (18DISCOS), ESTRUTURA VIGAS TUBULARES, TIPO ENGATE DE ARRASTO, LARGURA ARADA APROXIMADAMENTE 1.750 MM, PROFUNDIDADE SULCO 150 A 210 MM, TIPO MANCAIS LUBRIFICADO A ÓLEO, SISTEMA TRANSPORTE RODAS/ACIONADAS PISTÃO HIDRÁULICO, QUANTIDADE DISCO MÍNIMO 18,	KLR KOHLER	GAC245 18 X 26	Unidade	70	24.250,00	1.697.500,00

	DIÂMETRO DISCO MÍNIMO 26 POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONTROLE REMOTO E RODEIRO SIMPLES, POTÊNCIA MÍNIMA REQUERIDA TRATOR 102 CV, ESPAÇAMENTO APROXIMADAMENTE 235 MM						
--	--	--	--	--	--	--	--

" 3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 1.697.500,00 (Hum milhão, seiscentos e noventa e sete mil e quinhentos reais).

" 4.1 As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:"

Número do Empenho	Valor
2020NE800142	R\$ 48.500,00
2020NE800149	R\$ 582.000,00
2020NE800154	R\$ 194.000,00
2020NE800163	R\$ 266.750,00

Leia-se:

" 1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é:"

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
06	GRADES ARADORAS (18DISCOS), ESTRUTURA VIGAS TUBULARES, TIPO ENGATE DE ARRASTO, LARGURA ARADA APROXIMADAMENTE 1.750 MM, PROFUNDIDADE SULCO 150 A 210 MM, TIPO MANCAIS LUBRIFICADO A ÓLEO, SISTEMA TRANSPORTE RODAS/ACIONADAS PISTÃO HIDRÁULICO, QUANTIDADE DISCO MÍNIMO 18, DIÂMETRO DISCO MÍNIMO 26 POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONTROLE REMOTO E RODEIRO SIMPLES,	KLR KOHLER	GAC245 18 X 26	Unidade	52	24.250,00	1.261.000,00

POTÊNCIA MÍNIMA REQUERIDA TRATOR 102 CV, ESPAÇAMENTO APROXIMADAMENTE 235 MM							
--	--	--	--	--	--	--	--

" 3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 1.261.000,00 (Hum milhão, duzentos e sessenta um mil).

" 4.1 As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:"

Número do Empenho	Valor
2020NE800142	R\$ 48.500,00
2020NE800149	R\$ 582.000,00
2020NE800154	R\$ 194.000,00
2020NE800163	R\$ 266.750,00
2020NE800192	R\$ 24.250,00
2020NE800196	R\$ 24.250,00
2020NE800200	R\$ 121.250,00

E por assim estarem justos e contratados, ao passo que se mantêm-se inalteradas as demais cláusulas do contrato, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento de re-
ratificação.

Vinicius Alalan de Carvalho
KOHLER IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELLI
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **vinicius Alalan de carvalho, Usuário Externo**, em 06/01/2021, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 06/01/2021, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0685605** e o código CRC **CB7AF8B0**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/01/2021 | Edição: 11 | Seção: 3 | Página: 69

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Coordenadoria Estadual no Ceará

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2020 - UASG 193003 - DNOCS-CEST/CE

Nº Processo: 59402.002009/2020-27.

Pregão Nº 5/2020. Contratante: DNOCS CEST/CE - FORTALEZA-CE.

Contratado: 92.264.472/0001-70 - KOHLER IMPLEMENTOS AGRICOLAS EIRELI. Objeto: Grades aradoras (18discos), estrutura vigas tubulares, tipo engate de arrasto, largura arada aproximadamente 1.750 mm, profundidade sulco 150 a 210 mm, tipo mancais lubrificado a óleo, sistema transporte rodas/acionadas pistão hidráulico, quantidade disco mínimo 18, diâmetro disco mínimo 26 pol, características adicionais controle remoto e rodeiro simples, potência mínima requerida trator 102 cv, espaçamento aproximadamente 235 mm.



Fundamento Legal: . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2021. Valor Total: R\$ 1.261.000,00. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(COMPRASNET 4.0 - 15/01/2021).

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

Contrato CEST-CE nº 13/2020

Unidade Gestora: CEST-CE

CONTRATO DE AQUISIÇÃO
MOTONIVELADORA, COM CABINE
FECHADA COM AR-CONDICIONADO,
MOTOR DIESEL, POTÊNCIA 193
HP, TRANSMISSÃO 6 VELOCIDADES
A FRENTE E 3 A RÉ, PESO OPERACIONAL
17.100 KG, LÂMINA LARGURA DE 3.660
MM. RIPPER TRASEIRO COM CINCO
DENTES E RETROESCAVADEIRA
SOBRE RODAS, TRAÇÃO 4X4,
MOTOR DIESEL, POTÊNCIA BRUTA 100 HP
OU UNIDADE EQUIVALENTE, CAPACIDADE
DA CAÇAMBA CARREGADEIRA 1,00 M³,
PESO OPERACIONAL 7.600 KG,
COM PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO DE
4,50 QUE CELEBRAM ENTRE SI A
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS
CONTRA AS SECAS E A ANTONIO
ROBERTO BARRETO MATOS-ME.

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.707.364/0001-10, sediado na Rodovia BR 381, Km 854, s/n - Distrito Industrial, Pouso Alegre/MG em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **TIAN DONG**, portador do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) nº V249542-3, expedido pela (o) CGPI/DIHEX/DPF, e CPF nº 022.114.556-70, tendo em vista o que consta no Processo nº 59402.002009/2020-27 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 005/2020-CEST/CE-L, Ata de Registro de Preços 53, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
07	MOTONIVELADORA, COM CABINE FECHADA COM AR-CONDICIONADO, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA 193 HP, TRANSMISSÃO 6 VELOCIDADES A FRENTE E 3 A RÉ, PESO OPERACIONAL 17.100 KG, LÂMINA LARGURA DE 3.660 MM. RIPPER TRASEIRO COM CINCO DENTES	XCMG	GR1803BR	Unidade	05	678.500,00	3.392.500,00
10	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS, TRAÇÃO 4X4, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA BRUTA 100 HP OU UNIDADE EQUIVALENTE, CAPACIDADE DA CAÇAMBA CARREGADEIRA 1,00 M³, PESO OPERACIONAL 7.600 KG, COM PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO DE 4,50	XCMG	XT870BR-I	Unidade	70	281.000,00	19.670.000,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 23.062.500,00 (Vinte e três milhões, sessenta e dois mil e Quinhentos Reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – EMPENHO

4.1. As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:

Número do Empenho	Valor
2020NE800136	R\$ 843.000,00
2020NE800140	R\$ 562.000,00
2020NE800145	R\$ 3.091.000,00
2020NE800151	R\$ 4.777.000,00
2020NE800153	R\$ 4.215.000,00
2020NE800167	R\$ 1.405.000,00
2020NE800176	R\$ 562.000,00

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a entrega dos bens sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta

vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. É eleito o Foro de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Tian Dong
XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Tian Dong, Usuário Externo**, em 31/12/2020, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 31/12/2020, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0683521** e o código CRC **945B3C60**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o **Contrato Nº 13/2020** de aquisição de retroescavadeira sobre rodas, tração 4x4, motor diesel, potência bruta 100 hp ou unidade equivalente, capacidade da caçamba carregadeira 1,00 m³, peso operacional 7.600 kg, com profundidade de escavação de 4,50, celebrado entre a Coordenadoria Estadual do DNOCS no Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.707.364/0001-10, sediado na Rodovia BR 381, Km 854, s/n - Distrito Industrial, Pouso Alegre/MG em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **TIAN DONG**, portador do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) nº V249542-3, expedido pela (o) CGPI/DIHEX/DPF, e CPF nº 022.114.556-70.

Onde se lê:

“ 1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é:”

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
07	MOTONIVELADORA, COM CABINE FECHADA COM AR-CONDICIONADO, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA 193 HP, TRANSMISSÃO 6 VELOCIDADES A FRENTE E 3 A RÉ, PESO OPERACIONAL 17.100 KG, LÂMINA LARGURA DE 3.660 MM. RIPPER TRASEIRO COM CINCO DENTES	XCMG	GR1803BR	Unidade	05	678.500,00	3.392.500,00
10	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS, TRAÇÃO 4X4, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA BRUTA 100 HP OU UNIDADE EQUIVALENTE, CAPACIDADE DA CAÇAMBA CARREGADEIRA 1,00 M ³ , PESO OPERACIONAL 7.600 KG, COM PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO DE 4,50	XCMG	XT870BR-I	Unidade	70	281.000,00	19.670.000,00

" 3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 23.062.500,00 (Vinte e três milhões, sessenta e dois mil e Quinhentos Reais)."

" 4.1 As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:"

Número do Empenho	Valor
2020NE800136	R\$ 843.000,00
2020NE800140	R\$ 562.000,00
2020NE800145	R\$ 3.091.000,00
2020NE800151	R\$ 4.777.000,00
2020NE800153	R\$ 4.215.000,00
2020NE800167	R\$ 1.405.000,00
2020NE800176	R\$ 562.000,00

Leia-se:

" 1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é:"

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS, TRAÇÃO 4X4, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA BRUTA 100 HP OU UNIDADE EQUIVALENTE, CAPACIDADE DA CAÇAMBA CARREGADEIRA 1,00 M³, PESO OPERACIONAL 7.600 KG, COM PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO DE 4,50	XCMG	XT870BR-I	Unidade	70	281.000,00	19.670.000,00

" 3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 19.670.000,00 (dezenove milhões seiscentos e sessenta mil).

" 4.1 As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:"

Número do Empenho	Valor
2020NE800136	R\$ 843.000,00
2020NE800140	R\$ 562.000,00
2020NE800145	R\$ 3.091.000,00
2020NE800151	R\$ 4.777.000,00
2020NE800153	R\$ 4.215.000,00
2020NE800167	R\$ 1.405.000,00
2020NE800176	R\$ 562.000,00
2020NE800180	R\$ 281.000,00
2020NE800186	R\$ 3.934.000,00

E por assim estarem justos e contratados, ao passo que se mantêm-se inalteradas as demais cláusulas do contrato, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento de re-ratificação.

Tian Dong
XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Tian Dong, Usuário Externo**, em 06/01/2021, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 06/01/2021, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0685651** e o código CRC **A26007DC**.

Referência: Processo nº 59402.002009/2020-27

SEI nº 0685651

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/01/2021 | Edição: 11 | Seção: 3 | Página: 69

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Coordenadoria Estadual no Ceará

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2020 - UASG 193003 - DNOCS-CEST/CE

Nº Processo: 59402.002009/2020-27.

Pregão Nº 5/2020. Contratante: DNOCS CEST/CE - FORTALEZA-CE.

Contratado: 14.707.364/0001-10 - XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA. Objeto: Motoniveladora, com cabine fechada com ar-condicionado, motor diesel, potência 193 hp, transmissão 6 velocidades a frente e 3 a ré, peso operacional 17.100 kg, lâmina largura de 3.660 mm. Ripper traseiro com cinco dentes.

Fundamento Legal: . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2021. Valor Total: R\$ 19.670.000,00. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(COMPRASNET 4.0 - 15/01/2021).



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

Contrato CEST-CE nº 14/2020

Unidade Gestora: CEST-CE

CONTRATO DE AQUISIÇÃO CARRETA, MATERIAL CARROCERIA: MADEIRA DE LEI, CAPACIDADE: 4 T, QUANTIDADE RODA: 4, COMPRIMENTO: 3,20 M, LARGURA: 1,90 M, ALTURA: 0,45 M, USO: AGRÍCOLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: UM EIXO COM 4 PNEUS, SEM MOLAS, SEM FREIOS QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS E A ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-ME.

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **FREITAS COMERCIAL AGRÍCOLA EIRELI** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.883.350/0001-08, sediado na Rua João Batista Mello, 960 Sala 3 - Centro, Sério/RS em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora **TAUANA DE FREITAS**, portadora da Carteira de Identidade nº 5117025048, expedida pela o SSP/RS, e CPF nº 033.355.640-22, tendo em vista o que consta no Processo nº 59402.002009/2020-27 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 005/2020-CEST/CE-L, Ata de Registro de Preços 54, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	CARRETA, MATERIAL CARROCERIA: MADEIRA DE LEI, CAPACIDADE: 4 T,						

08	QUANTIDADE RODA: 4, COMPRIMENTO: 3,20 M, LARGURA: 1,90 M, ALTURA: 0,45 M, USO: AGRÍCOLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: UM EIXO COM 4 PNEUS, SEM MOLAS, SEM FREIOS	METALFREITAS	MF MD 4T	Unidade	60	11.500,00	690.000,00
----	---	--------------	-------------	---------	----	-----------	------------

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 690.000,00 (Seiscentos e noventa mil reais)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – EMPENHO

4.1. As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:

Número do Empenho	Valor
2020NE800143	R\$ 23.000,00
2020NE800150	R\$ 276.000,00
2020NE800155	R\$ 92.000,00
2020NE800164	R\$ 126.500,00
2020NE800171	R\$ 23.000,00

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a entrega dos bens sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e

contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. É eleito o Foro de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Tauana de Freitas
FREITAS COMERCIAL AGRÍCOLA EIRELI
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **TAUANA DE FREITAS, Usuário Externo**, em 31/12/2020, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 31/12/2020, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0683524** e o código CRC **D6CBECFA**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o **Contrato Nº 14/2020** de aquisição carreta, material carroceria: madeira de lei, capacidade: 4 t, quantidade roda: 4, comprimento: 3,20 m, largura: 1,90 m, altura: 0,45 m, uso: agrícola, características adicionais: um eixo com 4 pneus, sem molas, celebrado entre a Coordenadoria Estadual do DNOCS no Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **FREITAS COMERCIAL AGRÍCOLA EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.883.350/0001-08, sediado na Rua João Batista Mello, 960 Sala 3 - Centro, Sério/RS em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **TAUANA DE FREITAS**, portador da Carteira de Identidade nº 5117025048, expedida pela o SSP/RS, e CPF nº 033.355.640-22.

Onde se lê:

“ 4.1 As despesas decorrentes deste contrato estão asseguradas nos empenhos abaixo:”

Número do Empenho	Valor
2020NE800143	R\$ 23.000,00
2020NE800150	R\$ 276.000,00
2020NE800155	R\$ 92.000,00
2020NE800164	R\$ 126.500,00
2020NE800171	R\$ 23.000,00

Leia-se:

“ 4.1 As despesas decorrentes deste contrato estão asseguradas nos empenhos abaixo:”

Número do Empenho	Valor
2020NE800143	R\$ 23.000,00
2020NE800150	R\$ 276.000,00
2020NE800155	R\$ 92.000,00
2020NE800164	R\$ 126.500,00
2020NE800171	R\$ 23.000,00

E por assim estarem justos e contratados, ao passo que se mantêm-se inalteradas as demais cláusulas do contrato, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento de re-ratificação.

Tauana de Freitas
FREITAS COMERCIAL AGRÍCOLA EIRELI
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **TAUANA DE FREITAS, Usuário Externo**, em 06/01/2021, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 06/01/2021, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0685698** e o código CRC **350B36C7**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 20/01/2021 | Edição: 13 | Seção: 3 | Página: 66

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Coordenadoria Estadual no Ceará

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2020 - UASG 193003 - DNOCS-CEST/CE

Nº Processo: 59402.002009/2020-27.

Pregão Nº 5/2020. Contratante: DNOCS CEST/CE - FORTALEZA-CE.

Contratado: 27.883.350/0001-08 - FREITAS COMERCIAL AGRÍCOLA EIRELI. Objeto: Carreta, material carroceria: madeira de lei, capacidade: 4 t, quantidade roda: 4, comprimento: 3,20 m, largura: 1,90 m, altura: 0,45 m,

uso: agrícola, características adicionais: um eixo com 4 pneus, sem molas, sem freios.

Fundamento Legal: . Vigência: 31/12/2020 a 19/12/2021. Valor Total: R\$ 690.000,00. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(COMPRASNET 4.0 - 19/01/2021).

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/01/2021 | Edição: 11 | Seção: 3 | Página: 69

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Coordenadoria Estadual no Ceará

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2020 - UASG 193003 - DNOCS-CEST/CE

Nº Processo: 59402.002009/2020-27.

Pregão Nº 5/2020. Contratante: DNOCS CEST/CE - FORTALEZA-CE.

Contratado: 18.166.571/0001-66 - ELO COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA. Objeto: Carreta carroceria madeira de lei, capacidade de 4 t, quantidade roda 4,

uso agrícola, características adicionais um eixo com 4 pneus, sem molas, sem freios.

Fundamento Legal: . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2021. Valor Total: R\$ 479.918,80. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(COMPRASNET 4.0 - 15/01/2021).



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

Contrato CEST-CE nº 15/2020

Unidade Gestora: CEST-CE

CONTRATO DE AQUISIÇÃO CARRETA CARROCERIA MADEIRA DE LEI, CAPACIDADE DE 4 T, QUANTIDADE RODA 4 USO AGRÍCOLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS UM EIXO COM 4 PNEUS, SEM MOLAS, SEM FREIOS QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS E A ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-ME.

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **ELO COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.166.571/0001-66, sediado na Rua Leontina de Lima Alves, 174 Qd B, Lote 35, Residencial Morumbi, Goiânia/GO em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **LUCAS FÉLIX MONTEIRO DOS SANTOS**, portador da Carteira de Identidade nº 4506097, expedida pela o DGPC/GO, e CPF nº 007.228.271-13, tendo em vista o que consta no Processo nº 59402.002009/2020-27 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 005/2020-CEST/CE-L, Ata de Registro de Preços 55, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	CARRETA CARROCERIA MADEIRA DE LEI, CAPACIDADE DE 4 T, QUANTIDADE RODA 4,	GIN					

09	USO AGRÍCOLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS UMEIXO COM 4 PNEUS, SEM MOLAS, SEM FREIOS	EMPENHOS	4T	UNIDADE	40	11.997,97	479.918,00
----	--	----------	----	---------	----	-----------	------------

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 479.918,80 (quatrocentos e setenta e nove mil e novecentos e dezoito reais e oitenta centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – EMPENHO

4.1. As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:

Número do Empenho	Valor
2020NE800135	R\$ 155.973,61
2020NE800139	R\$ 47.991,88
2020NE800147	R\$ 83.985,79
2020NE800158	R\$ 47.991,88
2020NE800161	R\$ 47.991,88
2020NE800170	R\$ 95.983,76

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a entrega dos bens sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. É eleito o Foro de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Lucas Félix Monteiro Dos Santos
ELO COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Félix Monteiro dos Santos, Usuário Externo**, em 31/12/2020, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 31/12/2020, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0683527** e o código CRC **6D05F823**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

Contrato CEST-CE nº 16/2020

Unidade Gestora: CEST-CE

CONTRATO DE AQUISIÇÃO ROÇADEIRA LATERAL HIDRÁULICA ARTICULADA, NOVA, COM LARGURA DE CORTE DE 1,5M COM 2 NAVALHAS, COM PESO DO EQUIPAMENTO DE 1050KG, COM CAPACIDADE DO TANQUE PARA O ÓLEO HIDRÁULICO DE 140LITROS, RODA TRASEIRA DE SÉRIE PERMITINDO MAIOR ESTABILIDADE E NIVELAMENTO, ENGATE LIMITADOR DE ALTURA, ALTURA MÍNIMA DE CORTE 20MM, SAPATAS LATERAIS COM CHAPAS SUBSTITUÍVEIS E REGULAGEM DE CORTE, CAIXA MULTIPLICADORA DE VELOCIDADE, ACOPLAMENTO LATERAL, POTÊNCIA NECESSÁRIA NA TOMADA DE FORÇA DO TRATOR DE NO MÍNIMO 59CV QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS E A ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-ME.

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, presidente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **MANJATO TRATORES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.492.308/0001-00, sediado na Avenida Comércio, 1496 - Getúlio Vargas, Santo Augusto/RS em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **LUIZ AUGUSTO MANJABOSCO**, portador da Carteira de Identidade nº 7034163209, expedida pela (o) SSP/RS, e CPF nº 201.005.820-87, tendo em vista o que consta no Processo nº 59402.002009/2020-27 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de

Contrato, decorrente do Pregão nº 005/2020-CEST/CE-L, Ata de Registro de Preços 56, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11	ROÇADEIRA LATERAL HIDRÁULICA ARTICULADA, NOVA, COM LARGURA DE CORTE DE 1,5M COM 2 NAVALHAS, COM PESO DO EQUIPAMENTO DE 1050KG, COM CAPACIDADE DO TANQUE PARA O ÓLEO HIDRÁULICO DE 140LITROS, RODA TRASEIRA DE SÉRIE PERMITINDO MAIOR ESTABILIDADE E NIVELAMENTO, ENGATE LIMITADOR DE ALTURA, ALTURA MÍNIMA DE CORTE 20MM, SAPATAS LATERAIS COM CHAPAS SUBSTITUÍVEIS E REGULAGEM DE CORTE, CAIXA MULTIPLICADORA DE VELOCIDADE, ACOPLAMENTO LATERAL, POTÊNCIA NECESSÁRIA NA TOMADA DE FORÇA DO TRATOR DE NO MÍNIMO 59CV	LAVRALE	RHA 150	Unidade	10	47.300,00	473.000,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 473.000,00 (Quatrocentos e setenta e três mil reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – EMPENHO

4.1. As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:

Número do Empenho	Valor
2020NE800165	R\$ 236.500,00
2020NE800179	R\$ 47.300,00

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a entrega dos bens sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. É eleito o Foro de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Luiz Augusto Manjabosco
MANJATO TRATORES LTDA
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO MANJABOSCO, Usuário Externo**, em 31/12/2020, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 31/12/2020, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0683535** e o código CRC **D25A70BD**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o **Contrato Nº 16/2020** de aquisição roçadeira lateral hidráulica articulada, nova, com largura de corte de 1,5m com 2 navalhas, com peso do equipamento de 1050kg, com capacidade do tanque para o óleo hidráulico de 140litros, roda traseira de série permitindo maior estabilidade e nivelamento, engate limitador de altura, altura mínima de corte 20mm, sapatas laterais com chapas substituíveis e regulagem de corte, caixa multiplicadora de velocidade, acoplamento lateral, potência necessária na tomada de força do trator de no mínimo 59cv, celebrado entre a Coordenadoria Estadual do DNOCS no Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **MANJATO TRATORES LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.492.308/0001-00, sediado na Avenida Comércio, 1496 - Getúlio Vargas, Santo Augusto/RS em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **LUIZ AUGUSTO MANJABOSCO**, portador da Carteira de Identidade nº 7034163209, expedida pela (o) SSP/RS, e CPF nº 201.005.820-87.

Onde se lê:

“ 4.1 As despesas decorrentes deste contrato estão asseguradas nos empenhos abaixo:”

Número do Empenho	VALOR
2020NE800165	R\$ 236.500,00
2020NE800179	R\$ 47.300,00

Leia-se:

“ 4.1 As despesas decorrentes deste contrato estão asseguradas nos empenhos abaixo:”

Número do Empenho	VALOR
2020NE800165	R\$ 236.500,00
2020NE800179	R\$ 47.300,00
2020NE800193	R\$ 47.300,00
2020NE800198	R\$ 141.900,00

E por assim estarem justos e contratados, ao passo que se mantêm-se inalteradas as demais cláusulas do contrato, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento de re-

ratificação.

Luiz Augusto Manjabosco
MANJATO TRATORES LTDA
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO MANJABOSCO, Usuário Externo**, em 06/01/2021, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 06/01/2021, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0685741** e o código CRC **1458FAA4**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/01/2021 | Edição: 12 | Seção: 3 | Página: 56

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Coordenadoria Estadual no Ceará

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2020 - UASG 193003 - DNOCS-CEST/CE

Nº Processo: 59402.002009/2020-27.

Pregão Nº 5/2020. Contratante: DNOCS CEST/CE - FORTALEZA-CE.

Contratado: 07.327.166/0001-66 - CEQUIP IMPORTACAO E COM LTDA. Objeto: Trator potência 100 cv tipo combustível diesel quantidade marchas ré 4 uni, quant marchas frente mínimo 12 unid, tipo de motor turbo, tração 4x4 tipo uso agrícola..

Fundamento Legal: . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2021. Valor Total: R\$ 11.200.000,00. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(COMPRASNET 4.0 - 18/01/2021).



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o **Contrato Nº 18/2020** de aquisição trator potência 100 cv tipo combustível diesel quantidade marchas ré 4 uni, quant marchas frente mínimo 12 unid, tipo de motor turbo, tração 4x4 tipo uso agrícola, celebrado entre a Coordenadoria Estadual do DNOCS no Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **CEQUIP IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.629.012/0001-04, sediado na Rodovia Santos Dumont, 3439, KM 13,5 - Paupina, Fortaleza/CE em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **FRANCISCO FERNANDES FIÚZA DE CARVALHO** portador da Carteira de Identidade nº 96002360807, expedida pela (o) SSP/CE, e CPF nº 881.358.613-20.

Onde se lê:

“ 4.1 As despesas decorrentes deste contrato estão asseguradas nos empenhos abaixo:”

Número do Empenho	Valor
2020NE800144	R\$ 320.000,00
2020NE800152	R\$ 3.840.000,00
2020NE800156	R\$1.280.000,00
2020NE800166	R\$ 1.760.000,00
2020NE800173	R\$ 160.000,00
2020NE800177	R\$ 320.000,00

Leia-se:

“ 4.1 As despesas decorrentes deste contrato estão asseguradas nos empenhos abaixo:”

Número do Empenho	Valor
2020NE800144	R\$ 320.000,00
2020NE800152	R\$ 3.840.000,00
2020NE800156	R\$1.280.000,00
2020NE800166	R\$ 1.760.000,00
2020NE800173	R\$ 160.000,00
2020NE800177	R\$ 320.000,00
2020NE800188	R\$ 3.520.000,00

E por assim estarem justos e contratados, ao passo que se mantêm-se inalteradas as demais cláusulas do contrato, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento de re-ratificação.

Francisco Fernandes Fiúza de Carvalho
CEQUIP IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO FERNANDES FIÚZA DE CARVALHO, Usuário Externo**, em 06/01/2021, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 06/01/2021, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0685778** e o código CRC **B30AB2D5**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

Contrato CEST-CE nº 18/2020

Unidade Gestora: CEST-CE

CONTRATO DE AQUISIÇÃO TRATOR
POTÊNCIA 100 CV TIPO COMBUSTÍVEL
DIESEL QUANTIDADE MARCHAS RÉ 4 UNI,
QUANT MARCHAS FRENTE MINÍMO 12
UNID, TIPO DE MOTOR TURBO, TRAÇÃO
4X4 TIPO USO AGRÍCOLA QUE CELEBRAM
ENTRE SI A DEPARTAMENTO NACIONAL
DE OBRAS CONTRA AS SECAS E
A ANTONIO ROBERTO BARRETO MATOS-
ME.

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **CEQUIP IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.629.012/0001-04, sediado na Rodovia Santos Dumont, 3439, KM 13,5 - Paupina, Fortaleza/CE em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **FRANCISCO FERNANDES FIÚZA DE CARVALHO**, portador da Carteira de Identidade nº 96002360807, expedida pela (o) SSP/CE, e CPF nº 881.358.613-20, tendo em vista o que consta no Processo nº 59402.002009/2020-27 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 005/2020-CEST/CE-L, Ata de Registro de Preços 58, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
13	TRATOR POTÊNCIA 100 CV TIPO COMBUSTÍVEL DIESEL QUANTIDADE MARCHAS RÉ 4 UNI, QUANT MARCHAS	MASSEY		Unidade	70	160.000,00	11.200.000,00

1.	FRENTE MINÍMO 12 UNID, TIPO DE MOTOR TURBO, TRAÇÃO 4X4 TIPO USO AGRÍCOLA.	FERGUNSON				100.000,00	11.200.000,00
----	--	-----------	--	--	--	------------	---------------

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 11.200.000,00 (Onze milhões e duzentos mil reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – EMPENHO

4.1. As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:

Número do Empenho	Valor
2020NE800144	R\$ 320.000,00
2020NE800152	R\$ 3.840.000,00
2020NE800156	R\$1.280.000,00
2020NE800166	R\$ 1.760.000,00
2020NE800173	R\$ 160.000,00
2020NE800177	R\$ 320.000,00

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
- 11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- 11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

- 12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a entrega dos bens sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
- 12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

16.1. É eleito o Foro de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Francisco Fernandes Fiúza de Carvalho
CEQUIP IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO FERNANDES FIÚZA DE CARVALHO, Usuário Externo**, em 31/12/2020, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 31/12/2020, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0683557** e o código CRC **B1FDBF08**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/01/2021 | Edição: 12 | Seção: 3 | Página: 56

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Coordenadoria Estadual no Ceará

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2020 - UASG 193003 - DNOCS-CEST/CE

Nº Processo: 59402.002009/2020-27.

Pregão Nº 5/2020. Contratante: DNOCS CEST/CE - FORTALEZA-CE.

Contratado: 08.263.434/0001-96 - YANMAR SOUTH AMERICA INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

Objeto: Tratores 4x4 (potência mínima 80cv.

Fundamento Legal: . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2021. Valor Total: R\$ 7.896.000,00. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(COMPRASNET 4.0 - 18/01/2021).



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o **Contrato Nº 17/2020** de aquisição tratores 4x4 (potência mínima 80cv, celebrado entre a Coordenadoria Estadual do DNOCS no Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **YANMAR SOUTH AMÉRICA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.263.434/0001-96, sediado na Rua Eduardo Borsari, 1595 - Distrito Industrial Domingos Giomi, Indaiatuba/SP em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **GILBERTO SAITO**, portador da Carteira de Identidade nº 148341007, expedida pela (o) SSP/SP, e CPF nº 093.164.768-10.

Onde se lê:

“ 4.1 As despesas decorrentes deste contrato estão asseguradas nos empenhos abaixo:”

Número do Empenho	VALOR
2020NE800137	R\$ 1.466.400,00
2020NE800141	R\$ 451.200,00
2020NE800148	R\$ 789.600,00
2020NE800159	R\$ 451.200,00
2020NE800162	R\$ 451.200,00
2020NE800168	R\$ 564.000,00
2020NE800172	R\$ 1.128.000,00

Leia-se:

“ 4.1 As despesas decorrentes deste contrato estão asseguradas nos empenhos abaixo:”

Número do Empenho	VALOR
2020NE800137	R\$ 1.466.400,00
2020NE800141	R\$ 451.200,00
2020NE800148	R\$ 789.600,00
2020NE800159	R\$ 451.200,00
2020NE800162	R\$ 451.200,00
2020NE800168	R\$ 564.000,00
2020NE800172	R\$ 1.128.000,00

2020NE800187	R\$ 2.481.600,00
2020NE800195	R\$ 112.800,00

E por assim estarem justos e contratados, ao passo que se mantêm-se inalteradas as demais cláusulas do contrato, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento de re-
ratificação.

Gilberto Saito
YANMAR SOUTH AMÉRICA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Saito, Usuário Externo**, em 06/01/2021, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 06/01/2021, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0685759** e o código CRC **1B6D7EFA**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

Contrato CEST-CE nº 17/2020

Unidade Gestora: CEST-CE

CONTRATO DE AQUISIÇÃO TRATORES 4X4
(POTÊNCIA MÍNIMA 80CV QUE CELEBRAM
ENTRE SI A DEPARTAMENTO NACIONAL DE
OBRAS CONTRA AS SECAS E A ANTONIO
ROBERTO BARRETO MATOS-ME.

A **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO CEARÁ** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1700 - 2º andar, Centro CEP: 60.035-111, na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Coordenador Estadual, Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e a empresa **YANMAR SOUTH AMÉRICA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.263.434/0001-96, sediado na Rua Eduardo Borsari, 1595 - Distrito Industrial Domingos Giomi, Indaiatuba/SP em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **GILBERTO SAITO**, portador da Carteira de Identidade nº 148341007, expedida pela (o) SSP/SP, e CPF nº 093.164.768-10, tendo em vista o que consta no Processo nº 59402.002009/2020-27 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 005/2020-CEST/CE-L, Ata de Registro de Preços 57, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12	TRATORES 4X4 (POTÊNCIA MÍNIMA 80CV	SOLIS90 CV	SOLIS90 CV	Unidade	70	112.800,00	7.896.000,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 7.896.000,00 (sete milhões, oitocentos e

noventa e seis mil reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – EMPENHO

4.1. As despesas decorrentes desta estão empenhadas, conforme abaixo:

Número do Empenho	Valor
2020NE800137	R\$ 1.466.400,00
2020NE800141	R\$ 451.200,00
2020NE800148	R\$ 789.600,00
2020NE800159	R\$ 451.200,00
2020NE800162	R\$ 451.200,00
2020NE800168	R\$ 564.000,00
2020NE800172	R\$ 1.128.000,00

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão

administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a entrega dos bens sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. É eleito o Foro de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Gilberto Saito
YANMAR SOUTH AMÉRICA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA
(Assinado eletronicamente)

Antônio José Porto Mota
Coordenador Estadual do DNOCS no Ceará
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Saito, Usuário Externo**, em 31/12/2020, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 31/12/2020, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0683541** e o código CRC **AFB51641**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/01/2021 | Edição: 12 | Seção: 3 | Página: 56

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Coordenadoria Estadual no Ceará

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2020 - UASG 193003 - DNOCS-CEST/CE

Nº Processo: 59402.002009/2020-27.

Pregão Nº 5/2020. Contratante: DNOCS CEST/CE - FORTALEZA-CE.

Contratado: 00.492.308/0001-00 - MANJATO TRATORES LTDA. Objeto: Roçadeira lateral hidráulica articulada, nova, com largura de corte de 1,5m com 2 navalhas, com peso do equipamento de 1050kg, com capacidade do tanque para o óleo hidráulico de 140litros, roda traseira de série permitindo maior estabilidade e nivelamento, engate limitador de altura, altura mínima de corte 20mm, sapatas laterais com chapas substituíveis e regulagem de corte, caixa multiplicadora de velocidade, acoplamento lateral, potência necessária na tomada de força do trator de no mínimo 59cv.



Fundamento Legal: . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2021. Valor Total: R\$ 473.000,00. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(COMPRASNET 4.0 - 18/01/2021).

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.